

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital					Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos acionistas não controladores em controladas	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Ágio / Deságio na emissão de ações	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva aquisição investimento	Ações em tesouraria	Reserva de investimento incentivada	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de retenção de lucros						
Saldos em 01 de janeiro de 2023	1.512.522	26.666	76.022	65.856	(280.170)	15.438	203.595	1.666.799	5.628	1.306.441	-	4.598.797	-	297.635	4.896.432
Aumento de Capital	500.000	-	-	-	-	-	(500.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ágio/Deságio na venda de ações	-	(11.279)	-	-	10.895	-	-	-	-	-	-	-	(384)	-	(384)
Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.592	-	18.592
Remuneração baseada em ações exercidas no exercício	-	-	18.592	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.536	-	11.536
Remuneração baseada em ações recompradas no exercício	-	-	(7.153)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(204.913)	-	(204.913)
Ações em tesouraria canceladas	-	-	-	-	397.792	-	(397.792)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/Perdas não realizadas com instrumentos de hedge, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103.319	-	103.319	3.292	-	106.611
Realização da depreciação do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.395)	1.395	-	-	-	-
Custo atribuído ativo imobilizado -reflexa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(278)	278	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	895.600	895.600	42.380	-	937.980
Destinação Proposta:															
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	76.544	40.953	390.724	-	-	(508.221)	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	-	-	(300.963)	-	-	-	(300.963)	(22.675)	-	(323.638)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(170.526)	(5.824)	-	(176.350)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.000)	(24.000)	-	(24.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	194.526	-	-	(194.526)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.012.522	15.387	87.461	65.856	(57.707)	91.982	244.548	1.053.294	5.628	1.408.087	-	4.927.058	-	314.808	5.241.866
Saldos em 01 de janeiro de 2024	2.012.522	15.387	87.461	65.856	(57.707)	91.982	244.548	1.053.294	5.628	1.408.087	-	4.927.058	-	314.808	5.241.866
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(111.652)	(111.652)
Ágio/Deságio na venda de ações	-	(2.828)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.828)	-	(2.828)
Remuneração baseada em ações reconhecidas no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.512	-	17.512
Remuneração baseada em ações exercidas no exercício	-	-	17.512	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.179	-	9.179
Recompra de ações	-	-	(9.236)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.288)	-	(9.288)
Ágio na transação de capital	-	(414.930)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(414.930)	-	(414.930)
Ganhos/Perdas não realizadas com instrumentos de hedge, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(723.409)	-	(723.409)	(36.340)	-	(759.749)
Realização da depreciação do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.162)	1.162	-	-	-	-
Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Vendas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51)	51	-	-	-	-
Ajuste custo atribuído ativo imobilizado em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(278)	278	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	509.410	509.410	(27.687)	-	481.723
Destinação Proposta:															
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	204.946	25.371	45.196	(5.628)	-	(269.885)	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	-	-	(194.526)	-	-	-	(194.526)	(32.257)	-	(226.783)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.508)	(120.508)	-	(120.508)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	120.508	-	-	(120.508)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.012.522	(402.371)	95.737	65.856	(48.580)	296.928	269.919	1.024.472	-	683.187	-	3.997.670	-	106.872	4.104.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como "Controladora", "SLC" ou "Companhia", e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo" ou "Consolidado"), possui sua sede localizada na Avenida Doutor Nilo Peçanha, 2900/301, na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, e tem como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; aluguel de imóveis próprios; e participação em outras sociedades.

Em 1º de setembro de 2024, a Companhia e suas controladas iniciaram o cultivo da safra 2024/25, operando com 23 unidades de produção, com uma área planejada de 731,64 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros e partes relacionadas, localizadas em sete estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão e Minas Gerais.

Efeitos das enchentes do Rio Grande do Sul nas demonstrações financeiras

Em atendimento ao Ofício Circular nº 1/2024/CVM/SNC/GNC, que orienta sobre a divulgação nas demonstrações financeiras das companhias abertas a respeito dos potenciais impactos do evento climático ocorrido no estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024, informa-se que foi decretada perda total pela seguradora responsável, referente à aeronave da Companhia, que estava hangarada no Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre/RS. Em 30 de outubro de 2024, foi reconhecido na rubrica de 'Outras Receitas/Despesas Operacionais' o valor da receita de sinistro e o custo de baixa relativo ao sinistro desta aeronave.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC").

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCP 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 12 de março de 2025.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de renda e de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da transformação biológica relevante das culturas e do desmame ou aquisição do rebanho bovino;
- Os produtos agrícolas após a colheita, mensurados pelo valor realizável líquido;
- Propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo;
- Transações de pagamento baseado em ações, mensuradas a valor justo na data de outorga.

c) Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do Grupo na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e exercício do julgamento são revisados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização.

As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas	Natureza
7	Mensuração do valor realizável líquido dos produtos agrícolas
8	Mensuração do valor justo de ativos biológicos
12	Mensuração do valor justo de propriedades para investimento
13	Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento
14 e 15	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível
15	Recuperabilidade de ativos com vida útil indefinida - ágio por expectativa de rentabilidade futura
19	Provisão para riscos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários e ativos e passivos contingentes
20	Imposto de renda e contribuição social diferidos
25	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros
28	Mensuração do valor justo das transações de pagamento baseado em ações na data de outorga

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e estão apresentadas nas notas explicativas, exceto as abaixo:

a) Demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa

O Grupo elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (NBC TG 09), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

O Grupo elaborou Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), utilizando o método indireto.

b) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidências de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado, tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o seu vencimento, individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O CPC 48 (IFRS 9), exige que a Companhia realize uma avaliação de risco de perdas esperadas em créditos, com base na experiência histórica e avaliação do crédito junto à contraparte, registrando os efeitos quando houver. A Companhia avaliou seus ativos financeiros e estabeleceu os valores encontrados como imateriais.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

c) Normas novas ou revisadas

As seguintes normas são efetivas para os próximos exercícios:

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para medidas de performance de mercado. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Atividade principal	Empresas	Localização	2024		2023	
			Diretas %	Indiretas %	Diretas %	Indiretas %
Cultura de soja, milho, algodão e rebanho	Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A.	Mato Grosso - MT	50,00	-	50,00	-
	SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.	Rio Grande do Sul - RS	52,20	-	52,20	-
	Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Mato Grosso - MT	-	52,20	-	52,20
Cultura de soja, milho, algodão e rebanho	SLC Agrícola Centro-Oeste S.A.	Rio Grande do Sul - RS	100,00	-	100,00	-
	Fazenda Preciosa Empreendimentos Agrícolas S.A.	Rio Grande do Sul - RS	55,00	-	-	-
Participação em outras sociedades ou empreendimentos comerciais e imobiliários.	SLC Investimentos Agrícolas Ltda.	Rio Grande do Sul - RS	100,00	-	100,00	-
	SLC Ventures Ltda.	Rio Grande do Sul - RS	100,00	-	-	-
Compra e venda de imóveis, arrendamento, construção e administração de imóveis	Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Maranhão - MA	100,00	-	100,00	-
	Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas S.A.	Mato Grosso - MT	100,00	-	100,00	-
	Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Rio Grande do Sul - RS	100,00	-	100,00	-
	Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Rio Grande do Sul - RS	100,00	-	100,00	-
	Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Rio Grande do Sul - RS	100,00	-	100,00	-
	Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Rio Grande do Sul - RS	100,00	-	100,00	-
	Fazenda Paysandu Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Rio Grande do Sul - RS	100,00	-	100,00	-
	Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Rio Grande do Sul - RS	100,00	-	100,00	-
	SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Rio Grande do Sul - RS	100,00	-	100,00	-
	SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A.	Rio Grande do Sul - RS	18,77	81,23	-	81,23